



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
PROCURADOR DO TRABALHO**

**2ª PROVA ESCRITA – QUESTÕES DISSERTATIVAS**

01. Discorrer sobre o Ministério público do Trabalho na Constituição Federal de 1988 e sua área de atuação como órgão agente e órgão interveniente. (20 pontos)
02. Considerando o princípio da irrenunciabilidade aplicável do Direito do Trabalho, bem como a ilicitude das alterações contratuais previstas na legislação trabalhista, pergunta-se: a promoção pode ser imposta ao trabalhador ou depende de sua anuência para ser efetivada? (20 pontos)
03. Discorra sobre o procedimento cautelar preparatório e o incidental e a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para o processo cautelar. Aponte as diferenças e as semelhanças entre a medida cautelar e a antecipação da tutela. (20 pontos)
04. Distinga os recursos ordinários dos extraordinários e discorra sobre seus requisitos gerais de admissibilidade. Quais as decisões impugnáveis através de agravo de instrumento? Ao recebê-lo, em Tribunal Superior, que opções decisórias tem o relator? A lei 9.756/98 introduziu algumas alterações no Código de Processo Civil. Uma delas é o recurso especial ou extraordinário retido. Em que subsiste esse procedimento? Ocorrendo urgência, presente o *periculum in mora*, há possibilidade de serem julgados imediatamente? (20 pontos)
05. No âmbito do processo administrativo disciplinar, discorrer sobre a influência do decurso de tempo e o critério para fixar o início de sua contagem, sobre o direito de o Estado punir seu servidor, fundamentadamente, quais as prescrições legais, que informam o direito administrativo na espécie?